***Representações de violência contra a mulher no conto “A cabeleireira”, de Inês Pedrosa***

*LIMA, Aline / UnB - Universidade de Brasília - alinetslima@hotmail.com*

Palabras claves: violência contra a mulher - identidades – corpos - vida precária - Inês Pedrosa.

* Resumo

Este estudo problematiza a representação da violência doméstica contra a mulher na literatura contemporânea. Conforme Denise Jodelet, a cultura é a categoria que proporciona a matéria-prima para a construção das representações e é, também, a cultura que constitui o espaço onde circulam as representações sociais, consequentemente, as produções literárias representam o tema aqui em consideração, estimuladas pelas ações violentas contra a mulher encontradas na ordem social. Dessa forma, analisar-se-á o conto “A cabeleireira” (2007), da escritora portuguesa Inês Pedrosa, com o objetivo de refletirmos a respeito de como a personagem “esposa espancada” é representada na narrativa contemporânea e também de como se dão as seguintes representações: a do corpo agredido dessa mulher, a de suas identidades, principalmente a de “mulher agredida”, a fim de verificar se, no decorrer da narrativa, por intermédio da resistência dessa personagem (ou não), em relação às agressões sofridas, essas identidades são alteradas, e a da dinâmica de tal violência contra a mulher no espaço privado. Tais aspectos serão observados por meio da Teoria da Representação, utilizando um método comparativo descritivo, sob o viés dos estudos feministas e de gênero. Além disso, tomando como referência os conceitos de *biopolítica*, de Michel Foucault, de *vida nua* e *homo sacer*, de Giorgio Agamben, e a noção de *vida precária*, de Judith Butler, observar-se-á a possibilidade de pensar as mulheres, em situação de violência doméstica, como “vidas matáveis”, as quais não são social e politicamente passíveis de luto, já que estão expostas à violência patriarcal, a qual é muitas vezes legitimada pela sociedade, e, por não terem uma proteção jurídica eficiente do Estado, prevalece, para os agressores, a impunidade, naturalizando, assim, a violência contra a mulher.

* Apresentação

A violência doméstica contra a mulher recebe esta denominação por ocorrer dentro do lar, e o agressor ser, geralmente, alguém que já manteve, ou ainda mantém, uma relação íntima com a vítima. Essa violência pode caracterizar-se de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo, designando a violência física, até formas mais sutis, porém, não menos importantes, como a violência psicológica, que traz danos significativos à estrutura emocional da mulher. Dessa forma, a fim de refletirmos a respeito de como a personagem “esposa espancada” é representada nas narrativas contemporâneas, eu vou analisar a representação dessas “mulheres espancadas” no conto *A cabeleireira*, de Inês Pedrosa.

Este conto tem início com a narradora, em primeira pessoa, a qual não é nomeada no texto, descrevendo alguns acontecimentos de sua infância, os quais irão repercutir em sua vida adulta. Nesses relatos, percebe-se logo que essa mulher tivera uma criação rigidamente baseada nos ditames da sociedade patriarcal. A mãe da narradora sempre lhe dizia que para ser uma boa mulher, “a delicadeza é a coisa mais importante da vida” (AC p. 42), além da completa abnegação, pois, ainda de acordo com a mãe, “se fizeres felizes os outros, serás feliz também” (AC p. 42). Para Rita Terezinha Schmidt, a “origem histórica da subordinação das mulheres foi a família patriarcal (...) [e esta] é definida ainda hoje como o sustentáculo da ordem moral e política” (SCHMIDT, 2006, p. 777). E foi a partir desse modelo de família que se deu a formação da narradora, ensinada a ser completamente submissa, como dita a tradição patriarcal. E a consequência de tamanha sujeição já aparece logo na infância quando o tio passou a abusar dela sexualmente e ela não reagiu. No trecho que ela descreve a progressão do abuso, é gritante o caráter de subserviência da narradora e também o sentimento de culpa que carrega, o qual é comumente partilhado entre as vítimas de violência. A narradora, já adulta, refletindo sobre a situação, diz: “(...) tinha a ideia de que devia ter alguma maldade em mim para acender aqueles instintos dele” (AC p. 53). Nota-se que ao invés de atribuir a maldade a ele, já que o tio era o molestador, ela acredita que o mal estava nela mesma, e, ao tio, cabe apenas obedecer aos instintos masculinos, como se esses fossem irreprimíveis “por fazerem parte da genética do homem”.

Tais relatos sobre sua infância são imprescindíveis para entender os acontecimentos que estão por vir. Segundo Langley e Levy, “a infância é uma fase crítica. Algumas mulheres são literalmente treinadas pelos pais para se tornarem mais tarde esposas espancadas” (LANGLEY e LEVY, 1980, p. 144), como a narradora, que foi criada de acordo com o modelo de família patriarcal. Além disso, outra reverberação de sua infância é que, ainda de acordo com Langley e Levy, o testemunho de atitudes violentas, como as quais a narradora sofreu na pele por parte de seu tio, faz com que as crianças naturalizem inconscientemente diferentes formas de agressão, dessa maneira, “as mulheres que foram criadas em lares violentos têm maior probabilidade de se casarem com homens com tendência a usar a força” (LANGLEY e LEVY, 1980, p. 144).

A prospectiva acima citada se concretiza, pois ela se casa com um homem agressor, o qual conhecera no trabalho, em um tenso episódio, enquanto este, na condição de chefe, gritava com um de seus subordinados. Neste incidente, ele grita com ela também e questiona se ela não irá revidar. Mas ela afirma que nunca gritou com ninguém. O marido, o qual já demonstrou ser alguém rude, autoritário, ríspido, características totalmente contrárias às da narradora, sentiu-se atraído por ela, apesar de ele estar acostumado a sair com mulheres esplendorosas, enquanto ela não se descreve como uma mulher atraente. Seu interesse por ela surgiu, provavelmente, devido à resignação demonstrada pela mesma, em relação a ele, nesta cena do trabalho, pois, para esse homem, a situação deixou clara que ela se encaixava no nicho de mulheres ideais para casar, pois obedece aos valores ditados pelos moldes patriarcais. Segundo Heleieth Saffioti (1980), “essas mulheres seriam aquelas, cujos destinos é cumprir suas funções sociais sem jamais reclamar. Na alegria ou na dor, ela deve sempre considerar-se um ser secundário e, portanto, viver como sombra do marido. Trata-se, enfim, da mulher que compreende seu lugar na sociedade e nada reivindica. Aceita o destino que a ideologia oficial lhe promete, enxergando seus papéis através do crivo machista” (SAFFIOTI, 1980, p. 14).

Após uma traição, por parte do marido, e uma reconciliação, a narradora decidiu que era o momento certo para ter um filho. Porém, quando o marido descobre a gravidez, a qual não tinha o seu consentimento, sugeriu o aborto. Como tal ideia não foi acatada por ela, aos cinco meses de gravidez, ele a atirou no chão, lhe deu pontapés na barriga e ela abortou. Ao acordar no hospital, devido ao “incidente” com o bebê, o marido, ao seu lado, enquanto alisava seu cabelo, dissimulando “bem querer” a possíveis expectadores, a ameaçou: “Tu caíste da escada, se dizes outra coisa, estraga-me a carreira mas eu lixo-te a vida” (AC p. 51). Assim, da mesma forma que nunca denunciou o tio pelos abusos sexuais na infância, ela também não o fez com o esposo. Para ela, “quem é que ia acreditar que o mais brilhante dos pivots de televisão batia na mulher, essas histórias só aconteciam ao povo, aos que dormem em camadas sobrepostas em caves suburbanas (...)”. (AC pp. 51-52).

Percebe-se que o não reconhecimento da mulher como sujeito da sociedade foi o motivo pelo qual ela não ousou denunciá-lo, e não a ameaça, acreditando que sua palavra não seria legitimada, acarretando, assim, como punição pela “falsa denúncia”, a sua demissão, já que o marido, homem de prestígio, detinha o poder simbólico. É apenas ao final do conto que o leitor toma ciência de que a narradora está presa e que é a partir desse ambiente que ela conta sua história para uma outra presa, que lhe faz a vez de “cliente”, já que a narradora está a cortar o seu cabelo. A esta interlocutora a, agora, cabeleireira (daí o título do conto), (profissão a qual sempre teve vocação, mas que não foi possível exercer devido à obediência aos pais em fazer um curso superior) conta que a razão de sua prisão foi o assassinato, a tesouradas, do próprio marido. E que o motivo, a princípio simplista, foi o fato de ele ter desgostado da textura do purê de batata que ela havia feito para o jantar e, por esse motivo, ter avançado contra ela com uma colher de pau. Realmente, se o contexto desse casamento não nos tivesse sido apresentado pela mesma, poderíamos julgar a sua ação desmoderada. Mas percebe-se que essa mulher vinha sendo abusada desde a infância física e psicologicamente e agindo de maneira passiva durante todo esse tempo.

Na narrativa, a justiça, ao invés de absolvê-la por legítima defesa, a considerou culpada e ainda atribuiu agravantes à sua pena pela quantidade de tesouradas deferida no marido. O fato de que essa mulher vinha sendo abusada desde a infância física e psicologicamente e agindo de maneira passiva durante todo esse tempo não foi levado em conta. De acordo com Schraiber “a violência (...) perpetua doenças e sofrimentos vários (...) e coloca a vida efetivamente em risco” (SCHRAIBER et al, 2005, p. 150), logo, fica clara a possibilidade de a narradora ter desenvolvido certo distúrbio psicológico devido à violência que sofria.

Essa interferência (ou não) do Estado na vida da mulher agredida é bastante ineficiente, como nos mostra o *Mapa da Violência de 2015*. Neste resta-se identificado que, em 2014, foram atendidas, pelo SUS (Sistema Único de Saúde), 223.796 mulheres as quais foram vítimas de diversos tipos de violência, contudo, duas em cada três destas (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por terem sofrido violência doméstica, demonstrando a omissão e/ou a falta de importância dada à vida dessas mulheres por parte do Estado. Tal proposição aponta para o pensamento elaborado por Judith Butler (2015) que propõe pensar a vida para além dos direitos de cidadania a partir da noção de *vida precária*[[1]](#footnote-1). Esta é útil para pensarmos a posição da mulher para a sociedade e para o Estado em relação à violência de gênero. Segundo a autora, para uma vida ser considera matável, ela precisa, primeiramente, ser considerada viva: Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos[[2]](#footnote-2), então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2015, p. 13).

Logo, são os enquadramentos que assentam, distinguem e estabelecem quais vidas podem ser reconhecidas como tais e quais não. Além disso, Butler (2015, p. 32) também explica que nestes enquadramentos, que definem uma vida, ela só será considerada dessa maneira se for digna de luto, isto é, a vida só tem valor na medida que é passível de ser enlutada. Portanto, a precariedade da vida consiste no “fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, na mão do outro” (BUTLER, 2015, p. 31). Por isso, “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2015, p. 40). Assim, percebe-se que a condição precária designa uma condição politicamente induzida.

Nesse sentido, toda sociedade é induzida a fazer o seu enquadramento, sendo a precariedade uma condição, em maior ou menor grau, imposta aos que nela vivem. Desse modo, cabe refletir por que algumas vidas são mais precárias que outras. Essa situação vai depender de como tal sociedade foi construída historicamente, bem como são suas práticas sociais, políticas, dentre outros aspectos, com o objetivo de “maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2015, p. 41). Essa afirmação corresponde a uma decisão de quais vidas são relevantes e merecem, portanto, ser preservadas e quais, ao contrário, não têm importância e podem ser eliminadas. Segundo Butler, aqueles cujas vidas não são “consideradas” potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga de fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte (BUTLER, 2015, pp. 45-46).

A partir dessa perspectiva, é possível pensar as mulheres, em situação de violência doméstica, como “vidas precárias”, “matáveis”, as quais não são social e politicamente passíveis de luto, já que estão expostas à violência patriarcal, a qual é muitas vezes legitimada pela sociedade, e por não terem uma proteção jurídica eficiente do Estado, prevalecendo, para os agressores, a impunidade. Conforme Júlio Waiselfisz (2015), se a impunidade é amplamente prevalecente nos homicídios dolosos em geral, com muito mais razão, pensamos, deve ser norma nos casos de homicídio de mulheres. A *normalidade* da violência contra a mulher no horizonte cultural do patriarcalismo justifica, e mesmo “autoriza” que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, de esposa e de dona de casa (WAISELFISZ, 2015, p. 75).

A vida da narradora do conto pode ser considerada como uma vida precária, haja vista que o Estado não a protegeu juridicamente, enquanto vítima de violência doméstica, e simplesmente a encarcerou pela morte do marido, ignorando o fato de que o homicídio por ela cometido foi uma consequência do trauma que possuía, tanto que ela não narra o assassinato em si, porque ela não se lembra de como se deu. Como narrar o inenarrável? Segundo Charlotte Delbo, o trauma seria não-representável, pelo fato de não fazer parte da ordem do simbólico e da linguagem. Dessa maneira, seria um conteúdo impossível de materializar-se em formas tradicionais de narrativas (DELBO, 1990).

Contudo, com a morte do marido, ela finalmente se viu livre da violência a qual a afligia. É estranho dizer que a narradora está livre, sendo que a mesma se encontra encarcerada. Entretanto, para as mulheres vítimas de violência doméstica, a pior prisão muitas vezes não é a física, e sim a psicológica, onde seus companheiros as agridem constantemente.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio (2007). *Homo Sacer*– o poder soberano e a vida nua. UFMG: Belo Horizonte.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (2013). “Teoria política feminista, hoje”. In: (org.). *Teoria política feminista: textos centrais.* Vinhedo: Horizonte.

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*(2014)*. Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo.

BOURDIEU, Pierre (2014). *A dominação masculina*. São Paulo: BestBolso.

BRASIL. Lei n. 11.340 (2006). *Lei Maria da Penha*. Brasília: Presidência da República.

BUTLER, Judith (2015). *Quadros de guerra:* Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

DALCASTAGNÈ, Regina (2001). Renovação e permanência: o conto brasileiro da última década. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea***,** Brasília, n. 11, pp. 3-17. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2239/1796>>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

DELBO, Charlotte (1990). *Days and memory*. Vermont: Marlboro Press.

FOUCAULT, Michel (1988). *História da sexualidade I –* a vontade de saber. Graal: Rio de Janeiro.

GAY, Roxane (2016). *Mala feminista*. Madrid: Capitán Swing Libros.

HALL, Stuart (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HOWES, Penny (Ed.). Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre violência contra a mulher. WHO, 2013. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf>

JODELET, Denise (2001). “As representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, Denise (org.). As representações sociais. Rio de janeiro: EDUERJ, pp. 14-44.

LANGLEY, Roger; LEVY, Richard C (1980). *Mulheres espancadas: fenômeno invisível.* São Paulo: Editora HUCITEC.

LAURETIS, Teresa de (1994). “A tecnologia do gênero”, In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses:* o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.

ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD – OPAS (1998). *Violencia contra la mujer:* una prioridad de salud. Washington, D.C: Division de Salud y Reproductiva; Division de Salud y Desarrollo Humano.

PEDROSA, Inês (2007). “A cabeleireira”. In: *Fica comigo esta noite.* São Paulo: Editora Planeta.

SAFFIOTI, Heleieth (1979). *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (1980). “Prefácio da edição brasileira”. In: LANGLEY, Roger; LEVY, Richard C. *Mulheres espancadas:* fenômeno invisível. São Paulo: Editora HUCITEC.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu,* Campinas, n. 16, pp. 155-136.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2006). Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira*. Revista Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 14, n. 3, pp. 765-799. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a11v14n3.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

SCHRAIBER, Lilia Bilma et al (2005). *Violência dói e não é direito:* a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp.

SCHWAB, Beatriz; MEIRELES, Wilza (2014). *Um soco na alma:* relatos e análises sobre violência psicológica. Brasília: Logos 3.

SHOWALTER, Elaine (1989*). Speaking of gender.* New York and London: Routledge.

WALKER, Lenore E. (1999). *The battered woman syndrome.* New York: Springer Publishing.

WAISELFISZ, Júlio Jacob (2015). *Mapa da violência 2015* – homicídios de mulher no Brasil. Flacso Brasil: Brasília. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em 25 de junho de 2018.

1. Vale ressaltar que tal enfoque dado por Butler, em “*Quadros de guerra*: Quando a vida é passível de luto?” (2015), é no contexto da guerra dos Estados Unidos da América contra o Iraque e na tortura dos prisioneiros em Guantánamo. [↑](#footnote-ref-1)
2. Como também de gênero. [↑](#footnote-ref-2)